

AS LINHAS DA VIDA COM TRABALHO DIGNO

Nos oitenta anos da Justiça do Trabalho, quarenta do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a luta pela erradicação de formas de trabalho precarizado seguia firme. Ficava a lembrança do “Operário em construção”, de Vinícius de Moraes.

Muitos anos sem salário nem documento, tendo as galinhas e os pintinhos, além de equipamentos e agrotóxicos, como companheiros de noite no paiol, a faina de trabalhador rural em Itapirapuã Paulista na roça de milho e feijão foi absurda. Ele e muitos outros trabalhadores não tinham carteira assinada nem direitos previdenciários e trabalhistas. Poucos enriqueciam às custas do trabalho em condições análogas à de escravo. Muitos se endividavam e nunca conseguiriam pagar seus empregadores.

Pessoas eram mantidas em residências, até com agressões e torturas, durante décadas sem salário em condições insalubres para o trabalho doméstico. Parecia que eram donas destas trabalhadoras, que pagavam com habitação, comida e vestuário.

Jovens, principalmente homens, em troca de promessa de quantia tentadora, se alistavam em organizações militares no exterior para as frentes de guerra. Não sabiam quando seria o último dia de suas vidas.

Em casas noturnas e similares, trabalhadores, além de profissionais do sexo, buscavam na Justiça o reconhecimento de seus direitos trabalhistas. A “Tragédia brasileira”, de Manuel Bandeira, ficou no passado.

Formas precárias de relação de trabalho, recentemente com algoritmos, lutavam para continuar.

A Justiça do Trabalho quebrou esta série, sob o espírito do “Hino à liberdade dos escravos”, de Maria Firmina dos Reis. Mais do que a indenização, veio o resgate de muitas pessoas, que foram recolocadas na sociedade em locais seguros e com dignidade. Mais do que as injustiças, o bem comum resistiu no coração de muitos!

Luiz Alexandre Kikuchi Negrão

Servidor público